



O PAPEL DO UBUNTU NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA A PARTIR DA COSMOPERCEÇÃO DO OUTRO

The role of ubuntu in building an anti-racist society based on the cosmoperception of the other

Regina Coeli Araújo Trindade Negreiros*
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Dilaine Soares Sampaio*
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
DOI: 10.29327/256659.16.2-17

Resumo: a filosofia africana do Ubuntu é essencial para a construção de novas subjetividades que pavimentem um caminho no qual a pluralidade, a diversidade e a ancestralidade se conectem com a finalidade de construir uma ética social que tenha como pressuposto a cosmopercepção do outro. É perceptível sua existência nas religiões afro-brasileiras, onde a coletividade predomina sobre a individualidade. O objetivo deste trabalho é demonstrar que é possível transformar a sociedade, a partir dessa perspectiva, em um lugar plural e acolhedor, sem espaços para os preconceitos. Portanto, partindo de uma metodologia qualitativa e método afrocentrado¹, explicitamos a necessidade da reconstrução de uma práxis pautada na ética Ubuntu para superar o racismo, seus desdobramentos e construir uma cultura de paz. Através das análises desenvolvidas, concluímos que em uma sociedade racista construída sob a égide do eurocentrismo, quebrar os estigmas coloniais é imprescindível para fomentar a equidade étnico-racial, de gênero e outros parâmetros estabelecidos pelo colonialismo. No entanto, para transformar socialmente as relações, faz-se necessário perceber o Ubuntu no seu aspecto ancestral, coletivo e plural, numa perspectiva de aquilombamento e respeito à diversidade.

Palavras chaves: Ukama; Racismo; Colonialismo; Ancestralidade.

*Doutora em Ciências das Religiões - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil. Pesquisadora do grupo Raízes (CNPq-UFPB), Brasil. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Religiões Africanas e Afro-brasileiras (CNPq-UFJF). E-mail: reginatrinadadenegreiros@gmail.com.

* Doutora em Ciência da Religião – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil. Professora do Departamento de Ciências das Religiões - Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: dicaufpb@gmail.com.

¹ O afrocentrismo concebe os africanos e os africanos em diáspora, assim como os seus descendentes, como sujeitos, protagonistas de suas ações, estando, portanto, intrinsecamente ligado ao conceito do Ubuntu no que tange a ancestralidade, a ética coletiva e ao próprio movimento da energia vital que proporciona força para as lutas antirracistas. Segundo Katiuscia Ribeiro e Valter Duarte Moreira Jr (2019, p. 87), a afrocentricidade é uma “forma de enfrentamento aos fenômenos complexos do Racismo Epistêmico e do Epistemicídio”, portanto, a perspectiva apropriada, dentro do conceito do Ubuntu, para a construção de uma sociedade antirracista.

INTRODUÇÃO

A filosofia africana do Ubuntu consiste em uma epistemologia, uma ontologia e uma ética pautada no coletivo, na ancestralidade e na biocentricidade². Esses elementos são interconectados e conferem à Filosofia do Ubuntu um aspecto prático e essencial para a manutenção do equilíbrio coletivo, estando presente nas religiões afro-brasileiras, nos quilombos e ainda nas práticas culturais e ancestrais afro-diaspóricas. A compreensão da palavra Ubuntu e de suas entrelinhas é necessária à implementação de uma transformação social capaz de alcançar uma humanidade plena que acolha com afeto as diferenças e entenda que a pluralidade e a diversidade são partes do mesmo pluriverso, portanto, essa plenitude só pode ser alcançada através do acolhimento, da empatia, do afeto entre os diferentes nessa perspectiva pluriversal.

Importante compreender que, na perspectiva africana do Ubuntu, na qual residem a pluralidade e a coletividade, não se concebem verdades absolutas tão pouco a existência de um universo único, portanto, utilizo a palavra pluriverso, onde cabem muitos mundos, a diversidade e a pluralidade de muitas cosmopercepções³. O termo pluriverso, segundo Cadena e Blaser (2018 *apud* Jesus, 2021, p. 9), se refere “à diversidade de saberes e experiências de um mundo que comporta vários mundos”, portanto, é mais adequado para abranger e incluir os muitos universos da existência na perspectiva do Ubuntu.

A filosofia do Ubuntu, portanto, está fundamentada no sentido de que sem o outro não há possibilidade de desenvolver-se como ser humano, pois é com a humanidade que se desenvolvem a solidariedade, a equidade e inclusão social (Monteiro, 2020). De tal maneira, pode-se afirmar que a humanidade é um processo de Ser-sendo, “uma atividade perene de humanizar-se junto aos demais” (Monteiro, 2020, p. 108).

Etimologicamente a palavra Ubuntu é de origem zulu e, segundo Kakozi (2018), é a junção de duas outras palavras: ‘ubu’ e ‘ntu’. As duas são indissociáveis e ligam humanos entre si e entre humanos e não-humanos, estabelecendo uma relação ontológica e epistemológica, segundo Kakozi (2018):

² O termo se refere a uma ética baseada na preocupação com o outro e no respeito em relação a humanos e não-humanos, respeitando todas as formas de vida e tratando os ancestrais como elo de ligação entre os vivos, os mortos e os que ainda não nasceram, pois, todas as formas de vida são igualmente relevantes para o equilíbrio do cosmos e da energia vital que alimenta as existências (Negreiros, 2023).

³ Termo utilizado por Oyèrónké Oyèwùmí (2021) no lugar de cosmovisão, por ser mais abrangente e plural que este, e por incluir a lógica da “concepção de mundos de diferentes grupos culturais” (Oyèwùmí, 2021, p. 3).

Trata-se de duas palavras em uma, a saber: “ubu” e “ntu”. A Primeira está associada a uma ontologia, aos fundamentos da realidade, e a segunda a uma epistemologia, à possibilidade de conhecer tudo que existe. Em uma primeira acepção, portanto, o ubuntu é uma ontologia e uma epistemologia, expressando o conjunto da realidade e de como podemos conhecê-la. Mas ele também significa a pessoa tomada em abstrato. A palavra “bantu” significa pessoa, mas quando queremos falar da pessoa de modo abstrato, usamos “ubuntu”, que nos leva a pensar a noção de humanidade, como conjunto das pessoas. Então, a primeira acepção de ubuntu é o conjunto da realidade, de tudo o que existe e que pode ser conhecido, enquanto a segunda é o conjunto das pessoas, a humanidade. E os humanos vivem sempre relacionados com outras entidades cósmicas não humanas.

Outro autor que tem a mesma leitura é o filósofo sul-africano Mogobe Bernard Ramose (1999, p. 47). Ele explica que Ubuntu “Consiste no prefixo *ubu* – e na raiz *ntu*”, sendo assim, *ubu* orienta para um desenvolvimento do *ntu*, onde *ubu* adota a existência ontológica e *ntu* a forma concreta ou um modo de ser em contínuo desdobramento. Pode-se dizer que Ubu é o gerúndio, o movimento, enquanto Ntu é a concretização, é o Ser-sendo, o presente, pois, é “o Ntu que dá vida a Tudo o que existe. Na filosofia africana ancestral, tudo o que existe é movimento, interconexão, integração e interdependência entre os seres” (Malomalo, 2019, p. 84). Portanto “Ubu” e “Ntu” se complementam e necessitam um do outro para a materialização da realidade do Ubuntu.

Para Ramose (1999), apesar da palavra parecer um duplo, ela é um uno e é inseparável porque traz em si uma concepção fluida. A fluidez que segundo Ramose faz parte do Ubuntu, lembra Heráclito de Éfeso com sua teoria do “eterno fluir”, o “*panta rhei*”, que significa que tudo está em curso, que a única realidade é a transitoriedade, o que implica no Ser-sendo. E por Ubu se realizar no Ntu, não há no conceito a dicotomia cartesiana ocidental, pois há uma unidade e uma única finalidade: a de se realizar a humanidade que existe em cada pessoa.

Nas perspectivas supra mencionadas, fica evidente que a Filosofia do Ubuntu é constituída a partir do Ser-Sendo no arcabouço da coletividade, do conjunto de pessoas que se relacionam entre si e se relacionam com tudo que Existe, humanos e não-humanos, em constante movimento, portanto, sua arquitetura é cíclica e tem profundas raízes, não homogêneas, dentro do coletivo, o que denota que ela é plural, diversa ancestral e subjetiva, se estabelecendo no gerúndio da humanidade, mostrando que ninguém é humano sozinho e que o ciclo do Ubuntu abrange a existência coletiva, ancestral, subjetiva e plural, tal qual uma grande encruzilhada dentro de um ciclo que alimenta seu funcionamento e que faz existir tudo

que flui através da energia vital e a partir dela. Uma encruzilhada que acolhe e ressignifica a existência a partir de suas próprias perspectivas.

Nesse sentido é imprescindível a compreensão e a adoção do Ubuntu como um modo de vida, como uma práxis capaz de transformar socialmente o coletivo, rompendo com antigos paradigmas e abrindo caminhos para novas possibilidades plurais, com afeto e a compreensão da pluralidade e das subjetividades existentes e do seu papel na construção de uma sociedade antirracista a partir da cosmopercepção do outro.

A CONSTRUÇÃO DO RACISMO E O APAGAMENTO IDENTITÁRIO A PARTIR DO COLONIALISMO

Para a construção de uma sociedade antirracista, no entanto, além do conceito do Ubuntu, é preciso olhar para a história colonial que feriu gravemente as identidades afro-diaspóricas e buscou escravizar, subjugar, fragmentar e despersonalizar as pessoas, objetificando-as e implementando sistematicamente os apagamentos como um modo operacional do sistema colonial.

A partir dos apagamentos, o sistema colonial estabeleceu o Ser como não-ser (Carneiro, 2005), aniquilando características vitais da humanidade dos povos originários de cada região colonizada. Apagar paulatinamente a humanidade do outro era parte do processo de invisibilização e deslegitimação das epistemologias africanas ou afro-diaspóricas. O desdobramento desse processo de subalternização buscava silenciar e mesmo apagar a existência do outro. A prática colonialista, portanto, operou (e opera!) de dois modos simultâneos: matando o corpo físico e simultaneamente incutindo aos corpos que não pereceram uma anomalia existencial (Simas; Rudfino, 2018), despersonificando os sujeitos, despindo-os de si mesmo e vestindo-os com roupas que não lhes servem nem identificam, maximizando a possibilidade do Ser como não-ser.

A violência colonial se deu em várias dimensões, sejam elas a política, social, física, mental, intelectual e até espiritual. Todas juntas atuaram de modo a anular as forças e a própria existência do colonizado. De tal modo, é inegável que o colonialismo é uma ferida aberta causada pela Europa e se pauta pela exploração econômica, dominação política e subalternização do outro, criando, a partir desse modo de opressão e infraculturalização, o racismo que se espalhou pelo mundo.

O colonialismo europeu presumia que os povos africanos não eram civilizados e exibiam, opostamente aos europeus, “uma condição selvagem ou bárbara. Essa abordagem da antropologia evolucionista tipificou as sociedades colonizadas, transformando-as assim em objeto de discussão, retirando delas qualquer possibilidade de serem produtoras de sentido e de conhecimento” (Kodjo-Grandvaux, 2021, p. 244). A partir dessa perspectiva posta, e legitimada por argumentos “científicos”, o colonialismo se sustentou e passou a “civilizar” os que ela denominou como selvagens ou bárbaros.

Para o martinicano Aimé Césaire (1978), na obra *Discurso sobre o colonialismo*, o racismo é a ferramenta operacional do capitalismo. O embuste da colonização sob o pretexto do ato civilizatório é, em verdade, segundo o autor supra mencionado, puramente mercantilista, e se utilizou do manto do “pedantismo cristão” quando o colonizador anuncia o cristianismo como uma ação civilizatória, ao mesmo tempo em que afirma o paganismo como algo próprio de “selvagens”. Para ele, o humanismo formal e a renúncia filosófica estão por trás desse parto por trazer no seu cerne a ética burguesa que engendrou o colonialismo e trouxe consigo o patriarcalismo, o racismo e a misoginia. De tal modo, Césaire (1978, p. 21) afirma que: “ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impunemente; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização – portanto, a força – é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida”.

Para Mbembe (2020, p. 94), “toda prática colonial possui uma pulsão interna: a embriaguez da força, uma emulação sombria de matar, e se preciso perecer. Para além da busca do lucro, ela sempre se construiu na crista de uma linha intensa: a linha fria da pura força e destruição”.

Na crista colonial, o racismo se ergue e se legitima sob falsos argumentos pautados no racismo científico e/ou racismo epistêmico. De modo genérico, pode-se afirmar que o racismo se constitui como um sistema de racionalidade embutido na ideologia. O racismo científico, por sua vez, busca a inferiorização através de argumentos pseudocientíficos para justificativas de práticas discriminatórias e violentas de opressão, estando diretamente relacionado ao discurso pseudocientífico do darwinismo social (Almeida, 2020). Foi através do racismo científico que muitas autoras, autores, pesquisadoras e pesquisadores foram silenciados na academia em favor da manutenção do *status quo* da dominação colonial (Grosfoguel; Bernardino-Costa,

2016). Já o racismo epistêmico, segundo o filósofo flor do nascimento⁴ (2016, p. 233) dialogando com Grosfoguel (2016), se constitui como uma

articulação social dos saberes que considera os conhecimentos não ocidentais como inferiores aos ocidentais e estabelecendo um critério de relevância para que apenas parte do que seja produzido no ocidente seja avaliado como sendo merecedor de pertencer às linhas modelares do cânone ocidental de conhecimentos que devem ser disseminados.

O diálogo com Grosfoguel (2016, p. 40) se estabelece a partir de seu discurso sobre o fato de que as africanas e os africanos nas Américas

eram proibidos de pensar, rezar ou de praticar suas cosmologias, conhecimentos e visão de mundo. Estavam submetidos a um regime de racismo epistêmico que proibia a produção autônoma de conhecimento. A inferioridade epistêmica foi um argumento crucial, utilizado para proclamar uma inferioridade social biológica, abaixo da linha da humanidade. A ideia racista preponderante no século XVI era a de “falta de inteligência” dos negros, expressa no século XX como “os negros apresentam o mais baixo coeficiente de inteligência.

Não poderia falar em racismo epistêmico sem trazer o conceito de epistemicídio, e por conseguinte, de etnocídio. O primeiro termo se refere a uma das faces do racismo estrutural e foi utilizado largamente por Boaventura Sousa Santos. Todavia, Suely Carneiro (2005, p. 97) quem vai ao cerne da questão ao afirmar que esta é “uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que em outros casos lhe é imposta”, constituindo um processo persistente de produção da indigência cultural. Segundo Messias Basques (2022) em entrevista ao UOL, “epistemicídio é um ataque aos princípios básicos dos sistemas de pensamento e aos conhecimentos de certas populações, que são vistas como primitivas, atrasadas, hereges e imorais”. Já o termo etnocídio, refere-se à destruição sistemática dos modos de vida e pensamento das pessoas (Negreiros, 2019), também denominado de genocídio cultural. O conceito “designa um desejo e uma prática que afetam/alteram a cultura do outro. Para Messias Basques (2022), em entrevista a Uol, “o epistemicídio está muito ligado ao etnocídio, que ocorre quando a linguagem, a espiritualidade, os conhecimentos, em suma, os modos de vida de uma determinada população passam a ser alvo de políticas e medidas que visam o seu silenciamento e apagamento.

4 Utilizamos o sobrenome do autor com iniciais minúsculas em respeito ao seu posicionamento acadêmico.

Segundo Lélia Gonzales (2008, p. 32), o racismo é uma “articulação ideológica e conjunto de práticas” que mostram toda sua “eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial de trabalho” (Gonzales, 2008, p. 32). Ele se apresenta em toda estrutura social, política e cultural brasileira, e se estabelece estruturalmente enquanto um “racismo estrutural, que forma mentes e impregna palavras, sentenças e práticas nefastas” (Monteiro, 2020, p. 47).

Para compreender o racismo, é importante e necessário perceber que o modernismo está intrinsecamente ligado ao princípio de raça e todos os seus desdobramentos na criação do racismo. Nesse sentido, faz-se necessário conhecer o que vem a ser o “princípio de raça”, sua estigmatização e a exclusão de um projeto global. Segundo Mbembe (2021, p. 106):

por princípio de raça se deve entender, aliás, uma forma espectral da divisão e da diferença humana, suscetível de ser mobilizada para fins de estigmatização, de exclusão e de segregação, por meio das quais se buscou isolar, eliminar e até mesmo destruir fisicamente determinado grupo humano.

O racismo, portanto, fundamentado a partir do princípio de raça e sob a égide do racismo epistêmico ou científico, tem sua origem histórica, inegavelmente, no colonialismo. Dentre seus objetivos, há a manutenção das desigualdades sociais, bem como do poder hegemônico, do *status quo* de um determinado grupo em detrimento de outros, de modo que, um grupo detém o poder e subalterniza o outro, conforme Ferreira (2015, p. 189) afirma:

o racismo não é uma simples tecedura de preconceitos aberrantes, nem uma confabulação ideológica descartável, tampouco uma realidade oportunista surgida há pouco. Trata-se de uma forma de consciência/estrutura de origem histórica, que desempenha funções multiformes, totalmente benéficas para um grupo, que, por meio desta, constrói e mantém um poder hegemônico em relação ao restante da sociedade.

Elisa Larkin Nascimento (2009, p. 30) explica que a noção ordinária do termo “racismo como um fenômeno relativo apenas à cor da pele escamoteia sua natureza mais profunda, que reside na tentativa de desarticular um grupo humano por meio da negação de sua própria existência e de sua personalidade coletiva”. A afirmação da autora reforça a existência do racismo estrutural como objetivo de subjugação através do apagamento histórico.

Para Silvio Almeida (2020, p. 20-21) o racismo sempre é estrutural, sendo um “elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”, repetindo e repercutindo a desigualdade e a violência. O autor afirma que a ideia de raça ganha importância social a partir do modernismo, como “um dos produtos mais bem acabados da história moderna” (Almeida,

2020, p. 25) que exigiu, além do requinte, uma complexa construção filosófica. Nessa nefasta arquitetura o iluminismo fundamentou suas bases para legitimar as comparações e classificações humanas, produzindo a distinção “filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo” (Almeida, 2020, p. 26). O positivismo também corroborou nesse aspecto de subalternização das raças a partir de suas classificações, engendrando e consolidando o racismo científico no século XIX. É nesse sentido que Almeida (2020, p. 31) assevera que a “noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”.

O projeto colonial que forjou a *ferro e fogo* o racismo, inclui a desaffricanização ou o embranquecimento de algumas áreas, como é o caso do Egito que, segundo Lopes e Simas (2020, p. 58), “foi um projeto colonial fundamentado e elaborado pelo discurso da supremacia branca. Chegou até mesmo ao cinema, com o embranquecimento de Cleópatra personificada por Elizabeth Taylor”. Esse fato aconteceu no passado e acontece até os dias atuais, um exemplo é a recente polêmica acerca da série documental “Rainha Cleópatra”, produzida pelo serviço online de transmissão de vídeo sob demanda por assinatura, a Netflix.

A série traz uma Cleópatra negra, para insatisfação de alguns egípcios supremacistas e presos ao visgo do colonialismo que acusam a empresa de deturpar a história, dentre eles, o secretário geral do Conselho Supremo de Antiguidades do Egito e outros políticos, além do arqueólogo e ex-ministro Zahi Hawass, que argumentam que Cleópatra tinha características helenísticas por ser descendente da Dinastia Ptolomaica. Mas esse comportamento ainda é resquício do colonialismo e do racismo colonial. Conforme afirma Fanon (2008, p. 87): “racismo colonial não difere dos outros racismos”. Ele é um elemento cultural e racional que tem por objetivo atingir e dizimar “uma certa forma de existir” (Fanon, 2021, p. 71) que oprime e que se encontra inclusive dentro da academia através das tentativas de demonstrar fisiológica e biologicamente a inferioridade das pessoas negras:

como as Escrituras se mostraram insuficientes, o racismo vulgar, primitivo, simplista pretendia encontrar no biológico a base material da doutrina. Seria fastidioso relembrar os esforços então empreendidos: formato comparado de crânio, quantidade e configuração dos sulcos do encéfalo, características das camadas celulares do córtex, dimensões das vértebras, aspecto microscópico da epiderme etc (Fanon, 2021, p. 71).

Segundo Achille Mbembe (2021), o conceito de raça, cunhado pelo ocidente, tem a “função de desviar a atenção de conflitos considerados, sob outro ponto de vista, como mais genuínos” (Mbembe, 2021, p. 28-29), tendo em vista que a raça, em qualquer aspecto que seja, não existe de fato: “o negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido” (Mbembe, 2021, p. 42). De tal modo, o racismo constitui no outro um simulacro de sua própria existência sistematicamente estigmatizada: “a raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o excedente, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas” (Mbembe, 2021, p. 73).

Para Mbembe (2021, p. 73), a criação das raças é, ainda, “ao mesmo tempo ideologia e tecnologia de governo” tendo funcionado no passado, e ainda até os dias atuais, através de atribuições de características e divisionismos que sejam convenientes ao Estado na instalação de sua necropolítica, que funciona enquanto sistema de minorização, vulnerabilização, opressão e subalternização para sustentação do *status quo* dos grupos hegemônicos. Foi na perspectiva de uma necropolítica que o continente africano, explorado por séculos e vendido pelos europeus como um lugar exótico, foi expatriado de si mesmo e concebido pelos europeus e para eles, como um deserto epistemológico, um abismo de condenados que precisava de salvação por parte dos “cristãos” civilizados.

Segundo Mudimbe (2019), a estrutura colonizadora buscou formar constructos a sua imagem e semelhança através dos métodos de dominação e subalternização, estabelecendo uma política de domesticação, seguida de apagamentos, conversões e infraculturalizações, e a partir da “dominação do espaço público, a reforma das mentes dos nativos e a integração de histórias econômicas locais à perspectiva ocidental” (MUDIMBE, 2019, p. 20), levando o continente explorado pelo colonialismo capitalista à dependência através de suas práticas opressoras militarizadas e da imposição de um deus único, criando espaços marginais e repercutindo neles as dicotomias eurocêntricas, categorizando a existência a partir do mito do selvagem versus civilizado.

Mas o colonialismo não se ateve apenas a estas estruturas de dominação, os apagamentos epistêmicos usou da ordem discursiva nas representações simbólicas e artísticas, de modo que, conforme afirma Mudimbe (2019), a linguagem utilizada na literatura e nas obras de arte europeias são repletas de signos e significados que representam a subalternização e a categorização humana com vistas a desumanização do colonizado. É dessa forma que os vestígios do passado sobrevivem nas novas estruturas (MUDIMBE, 2019), se fixam e se

reproduzem até os nossos dias. De tal modo, o racismo, em todas as suas formas, se encontra nas estruturas do tecido social contemporâneo e ainda reverbera nos espaços públicos e privados, encontrando ambientes propícios para se instalar e se propagar.

Diante de toda essa conjuntura histórica, fica evidente que esse racismo estruturado social, política e economicamente precisa ser combatido dia-a-dia por todas as pessoas que almejam uma sociedade plural, equânime e antirracista. E é nessa perspectiva que o Ubuntu, enquanto uma práxis fundamentada na coletividade e em todas as subjetividades inerentes ao coletivo, se mostra como uma eficiente e efetiva filosofia antirracista. É através do sentido do Ubuntu que mediamos o eterno conflito entre humanizar-se e desumanizar-se que nos é tributado pela sociedade capitalista que atribui ao outro o sentido de sua existência individual em detrimento da existência coletiva. Essa humanização constante e característica do Ser-Sendo, consiste em sermos através do outro, em uma construção *ad eternum* de nós mesmos fundamentada essencialmente na existência coletiva e comunitária. Essa humanização perene consiste em ubuntuizar-se cotidianamente.

A desumanização por sua vez consiste numa aniquilação do outro, na aniquilação do coletivo sob a égide do egoísmo, do individualismo e egocentrismo. Desumanizar-se é perder o Ubuntu que flui através da nossa energia vital, o axé. Quando nos desumanizamos, quebramos parte de uma teia que conecta a tudo que nos humaniza, perdendo o axé e desequilibrando não apenas uma pessoa, mas a todas as pessoas que vivem coletivamente, pois como dito anteriormente, ninguém é humano sozinho e é através do outro que nos construímos a paz. Mas a paz exige esforço e trabalho contínuo para que não se permita fomentar a guerra e a discórdia. Por isso, que o Ubuntu seja nas encruzilhadas da existência o esteio que conecta e fomenta a humanidade em cada Ser-Sendo, pois é sempre importante lembrar que o leite que alimenta a um, alimenta a todos. É nessa perspectiva, portanto, que é possível e necessária a construção de uma sociedade plural e coletiva, pautada na ética, na ontologia e na epistemologia do Ubuntu.

UBUNTU: UMA FILOSOFIA ANTIRRACISTA

Para compreender o conceito de Ubuntu, enquanto uma filosofia antirracista, é necessário perceber que na sua arquitetura conceitual estão presentes outros conceitos conexos,

relacionados tanto a uma ontologia quanto a uma epistemologia, quais sejam: coletividade, espiritualidade, ética, pluralidade, subjetividades, ancestralidade, biocentricidade e todos esses sentidos culminam com a humanidade. A conexão entre esses sentidos se estabelece através da energia vital, o axé, em uma arquitetura única na qual não cabem preconceitos porque a humanidade se faz “Sendo” e só se “É” quando se leva em consideração a existência a partir dos elementos que fazem girar o que poderia ser chamado de Xirê⁵, “o xirê do Ubuntu” que sobreviveu a partir da memória e do pertencimento nos quilombos, nos terreiros e no modo de vida do povo negro, dos africanos em diáspora.

Para além do Xirê, falar de Ubuntu é sempre falar de uma outra palavra: Ukama, cujo significado se traduz literalmente por “ordenhar”, expressando a ideia de fraternidade, comunhão, maternidade e irmandade, através da conexão entre as ‘pessoas que bebem do mesmo leite’, que se alimentam da mesma fonte, portanto, que se relacionam solidariamente entre si permitindo que flua no cosmos a energia vital que alimenta tudo que existe. Segundo Jean Bosco Kakozi (2018):

Ukama, um termo da língua xona (grupo de línguas africanas faladas nas províncias de Manica, Tete e Sofala de Moçambique, na metade norte do Zimbábue e no leste da Zâmbia), é um conceito que vem do verbo “kama” que, em português, significa ordenhar, tirar o leite de uma vaca ou de uma cabra. Desse verbo saiu um substantivo que é “hama” e que significa uma pessoa que eu considero muito próxima. A ideia é que essa pessoa se alimentou do mesmo leite materno que eu. Há um vínculo afetivo muito forte aí. “Ukama” é a abstração de “kama” ou “hama”, expressando uma relação de irmandade, uma relação afetiva forte. (...) Ukama está conectada com Ubuntu, com a ideia de humanidade e de relação com os outros seres. Ukama traz para Ubuntu essa afetividade que é elevada também a outro patamar, que é a afetividade com a natureza. O “hama” nos liga com nossos ancestrais, que são muito importantes na cosmovisão africana. Nas religiões africanas, os ancestrais são uma figura central. Eles são a ligação entre os vivos, os mortos e os ainda não nascidos, sendo representados por totens não humanos. Pode ser um pássaro, uma árvore, são elementos da natureza. Nós também os consideramos como “hama”, como nossos irmãos que beberam o mesmo leite materno que nós.

Para o autor, a Filosofia africana está respaldada em dois conceitos fundadores: Ubuntu e Ukama. Ele relaciona o primeiro com ideia de humanidade; já o segundo com a ancestralidade e a irmandade. Nessa perspectiva, prevalece o ‘eu sou porque nós somos’, ou seja, a unidade

⁵ palavra yorubá que significa roda, ou dança e que é utilizada para evocação dos Orixás conforme cada nação (Parés, 2006). Nei Lopes (2011, p. 275) define o xirê como uma “Festa pública dos candomblés, na qual se executam os cânticos invocatórios dos orixás”.

moral e coletiva pelo *ethos* Ubuntu se conecta ao acolhimento fraterno e ancestral de Ukama. De tal modo, Ubuntu e Ukama são termos indissociáveis entre si e possuem uma relação intrínseca. Um não existe sem o outro e ambos expressam humanidade e coletividade, solidariedade e empatia, de modo que Ubuntu é a partilha do leite ordenado. Essa partilha do alimento é um gesto de afeto, de acolhimento. Essa ação tem, sobretudo, uma força simbólica que confere pertencimento a aquele ou aquela que se acolhe e através do pertencimento a pessoa pode se reconhecer no mundo e se revelar, ver-se a si mesmo como parte de um coletivo e a partir dele, perceber a pluralidade, a diversidade das existências e a sua própria identidade sem medos, sem vergonhas de Ser e Existir.

Os elementos do Ubuntu e Ukama, justapostos aos elementos que fazem o Xirê do Ubuntu girar, deixam explícito que não há nenhuma possibilidade do racismo ou de outros preconceitos habitarem esse pluriverso porque todas as cosmo percepções e todas as formas de existir são, não apenas possíveis, mas, sobretudo, modos de identidade e afeto. Portanto, a filosofia africana do Ubuntu é essencial e necessária para a construção de novas subjetividades que possibilitem a própria existência da pluralidade, da diversidade e da ancestralidade na construção de uma sociedade antirracista, plural e coletiva.

No entanto, para que essa encruzilhada seja, de fato um lugar de pluralidades, de encontros e de mútuos afetamentos, é preciso, antes, quebrar os paradigmas estabelecidos pelo colonialismo eurocêntrico, de modo a abrir as fronteiras fechadas, silenciadas e transformadas em uma via de mão única, para ressignificá-la a partir da pluralidade e da biocentricidade que move a coletividade no caminho da humanidade plena, aquela que existe em função da vida e de toda a arquitetura que existe em seu xirê e que só existe porque há uma energia que a tudo move e essa energia recupera em nós, todo tempo e o tempo todo, a capacidade de nos humanizarmos continuamente.

O xirê gira com cada um dos elementos, através da energia que circula entre eles, produzindo uma sinergia complexa. Nesse processo, a ancestralidade e o biocentrismo são essenciais pela circularidade da própria existência, onde não há um elemento mais importante que o outro e humanos e não humanos se confraternizam de forma coletiva, fraterna e acolhedora. De tal modo, é compreensível que o Ubuntu permeie as relações coletivas e na coletividade não há espaço para exclusão das diferenças e estas se conectam, humanizando continuamente as relações que devem ser de alteridade, afeto e acolhimento. Essa é a práxis do Ubuntu que atua coletivamente na pluralidade e em suas subjetividades.

Subjetividades estas que existem de modo ancestral, através dos saberes cultivados e preservados na oralidade e em suas diversas manifestações, conectando o imanente e o transcendente, os vivos, os mortos e os não-nascidos, bem como todas as formas de vida, pois todas, sem exceção, abastecem a nossa existência de humanidade, a humanidade que se movimenta no coletivo e que perpetua a existência do Ubuntu. É assim que todos bebem do mesmo leite e se alimentam da mesma humanidade, da mesma força vital que move o universo e tudo que nele existe. “Nessa mesma visão, o mundo é concebido como energia e não como matéria, de modo que a noção de força toma o lugar e se confunde com a noção de ser. Todo ser é por definição força, e não uma entidade estática” (Daibert, 2015, p. 14).

É importante compreender que o ciclo da humanidade ocorre através da constante humanização, i. e., acontece através do Ubuntu que é o próprio ciclo, pois o ciclo não é a vida que se renova, o ciclo é o próprio homem/mulher. A palavra ciclo significa uma sucessão de acontecimentos periódicos no qual tudo sempre volta ao início. É nesse movimento circular que a energia vital abastece a existência e abastece-se a si mesmo, esse é o ciclo do Ubuntu. A energia que alimenta a tudo é por tudo alimentada e retorna ao seu ponto inicial de modo que não há perecer, mas uma constante renovação da vida através uns dos outros, um ciclo de interdependência vital.

Fica evidente que o Ubuntu permeia as relações humanas e as relações entre a humanidade e a natureza. Nos candomblés, quilombos e demais regiões e espaços afro-diaspóricos constituídos, é possível perceber sua existência através da preservação da ancestralidade, da coletividade, da espiritualidade e outras características presentes no ciclo do Ubuntu. Por isso, “falar de ubuntu no Brasil é falar de solidariedade e resistência” (Malomalo, 2010, p. 20). Mas esses aspectos são insuficientes para combater de forma eficiente o racismo engessado nas estruturas do nosso tecido social. É preciso se conectar a África e sua ancestralidade para fazer circular a energia vital que atravessa a existência de tudo, tornando visível as conexões entre a existência e o Ubuntu dentro do seu Xirê.

Características relacionadas à coletividade, ancestralidade, biocentricidade e pluralidade transbordam nesses espaços afro-diaspóricos constituídos, mas eles precisam transbordar para o mundo, para transformar socialmente os espaços coletivos de modo que estes sejam realmente coletivos, plurais, ancestrais, biocêntricos e, sobretudo, humanos. Nesse ciclo de humanização perene, estamos todos dentro do mesmo espaço, conectados e alimentados pela mesma energia vital que nos mostra que somos todos iguais. Não há

hierarquias civilizatórias, econômicas ou sociais, pois a relação estabelecida no guarda-chuva epistemológico do Ubuntu não é de poder, não é de hierarquias, mas de coletividade, partilha, acolhimento e afetamento mútuo.

De tal modo, o Ubuntu não pode ser considerado apenas um conceito, um signo ou um significado, pois Ubuntu é uma grande engrenagem que move ancestralmente grupos, coletivos inteiros que, dentro de suas particularidades, se abastecem coletivamente do Axé nesse grande Xirê da existência e abastecem o próprio Ubuntu. Portanto, ele é um motor que gira em torno de si mesmo produzindo movimento e energia tal qual uma grande órbita celeste, em um grande Xirê. Nessa cosmopercepção de mundo onde há, explicitamente, uma encruzilhada cheia de encantamentos, não há espaço para preconceitos, para o racismo, o machismo e a misoginia, pois todas as formas de Ser, Viver e Existir importam e configuram uma perspectiva do Ubuntu enquanto uma práxis, uma filosofia e uma epistemologia antirracista.

A conexão entre os conceitos e seus sentidos metafísicos se estabelecem através da energia vital que move a tudo no universo. Não cabe nesse paradigma afrocentrado nenhum tipo de preconceito porque essa energia vital é feita de memória e pertencimento dos africanos em diáspora e daqueles que enxergam a ancestralidade da África que nos habita. Nesse arcabouço filosófico o Ubuntu permeia as relações coletivas e na coletividade não há espaços para a exclusão das diferenças. E do mesmo modo, as diferenças se conectam, humanizando continuamente as relações dentro de suas subjetividades e dos saberes ancestrais, de forma que a humanidade se movimenta na coletividade.

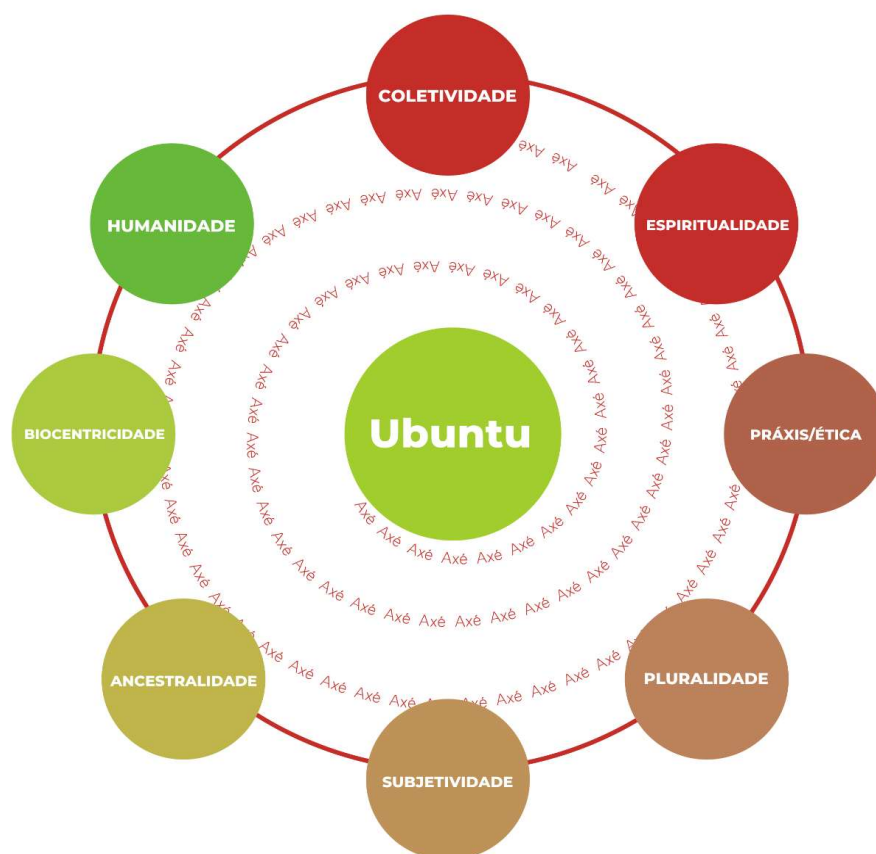


Ilustração: Diagrama Arquitetura do Ubuntu⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra Ubuntu é considerada pelo filósofo Jean Bosco Kakozi (2018) como uma das principais fontes epistemológicas da filosofia africana, além de ser um dos seus termos fundadores. Segundo o autor, (2019, p. 10) é no “*ubuntu* que encontramos um significado profundo do humano”, e estando ela relacionada a uma ética, aos deveres e obrigações morais com o coletivo, o Ubuntu é capaz de modificar essencialmente as estruturas que atravessam uma sociedade, de modo a ressignificar velhos paradigmas e transformar socialmente as relações com a perspectiva de construir novas subjetividades no íntimo de cada pessoa para que as transformações ocorram de modo sólido e de dentro para fora, pavimentando um caminho no qual a pluralidade, a diversidade e a ancestralidade se conectam a partir da cosmo percepção do outro.

As transformações das subjetividades que partem do individual para o coletivo devem ser estabelecidas através de uma humanização constante, uma ubuntização perene do Ser-

⁶ Diagrama elaborado pelas autoras.

sendo, pois é importante compreender que uma pessoa que age de forma não generosa, não solidária ou não empática dentro da comunidade, se desumaniza, perde sua humanidade, pois “agir mal é perder seu *ubuntu*” (Kakozi, 2019, p. 10).

Por outro lado, agir com Ubuntu é Ser com o outro e através do outro, de modo que a humanidade está relacionada ao compartilhamento, a coletividade, pois somos vinculados e interligados, somos partes uns dos outros, somos interdependentes e interconectados através de um Xirê que gira e se movimenta como uma grande engrenagem e, de tal forma, toda ação, gera, inexoravelmente, uma reação em cadeia que atinge a todos os seres existentes. Importante destacar que o Ubuntu, enquanto práxis, sempre esteve presente nas comunidades negras, nos terreiros de candomblés, no modo de viver e partilhar conhecimentos ancestrais através do conceito de Ubuntu, sobre o qual se assenta e se sustenta a filosofia como um modo de vida que existe desde sempre em comunidades da África (Kakozi, 2018).

A compreensão do conceito do Ubuntu permitiu-nos problematizar o racismo estrutural e perceber os seus desdobramentos na sociedade, que existem e persistem desde período colonial, demonstrando a existência da lógica capitalista e territorial de poder. O Ubuntu, enquanto uma filosofia plural e de acolhimento, capaz de atualizar um paradigma e uma práxis social, se apresenta, não apenas como uma das formas de resistência à opressão colonialista e ao racismo, mas, principalmente, como uma força motriz capaz de alterar as possibilidades de existências superando o racismo e fomentando a equidade de raça, de gênero e de outros parâmetros estabelecidos pelo eurocentrismo colonialista, transformando socialmente as relações e a sociedade a partir da cosmopercepção do outro e da convergência coletiva e comunitária, transformando o tecido social em um lugar de afetos, acolhimentos e partilhas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020

BASQUES, Messias. Prática cria 'monocultura' do conhecimento e marginaliza outros saberes. **UOL – Ecoa uol por um mundo melhor**. Entrevista Giacomo Vincenzo. Maio/ 2022. Disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/05/03/pratica-cria-monocultura-do-conhecimento-e-marginaliza-outros-saberes.htm>. Acesso no dia 04 Julho 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Educação), FEUSP, São Paulo, 2005. Disponível em

<https://ayalaboratorio.com/2023/04/30/a-construcao-do-outro-como-nao-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro/>, acesso no dia 12/08/2025.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Trad. Noémia de Sousa. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008

FANON, Frantz. **Por uma revolução africana: textos políticos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021

FERREIRA, Sílvia Lúcia. Racismo e Sociedade. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 29 n. 3. Salvador, 2015, p. 189–191. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/issue/view/1151>. Acesso no dia 20/05/2025.

FLOR DO NASCIMENTO, wanderson. Aproximações brasileiras às filosofias africanas: caminhos desde uma ontologia ubuntu. **PROMETEUS**, Ano 9. Número 21, Sergipe, 2016. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/320930747_APROXIMACOES_BRASILEIRAS_AS_FILOSOFIAS_AFRICANAS_CAMINHOS_DESDE_UMA_ONTOLOGIA_UBUNTU. Acesso no dia 21/06/2025

FLOR DO NASCIMENTO, wanderson. Tecendo mundos entre uma educação antirracista e filosofias afro-diaspóricas da educação. In.: KOHAN, Walter Omar; LOPES, Sammy William; MARTINS, Fabiana Fernandes Ribeiro (orgs.). **O ato de educar em uma língua ainda por ser escrita**. 1 ed. Rio de Janeiro: NEFI, 2016

GONZALES, Lélia. Mulher Negra. In.: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **Guerreiras de Natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. Coleção Sankofa Vol. 3. São Paulo: Selo Negro, 2008

GROSGOUEL, R.; BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 31, n. 1, Brasília, 2016, p. 15-24. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso no dia 13/08/2025.

GROSGOUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Vol. 31, n. 1, Brasília, 2016, p. 25-49. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acessado no dia 4/08/2025.

JESUS, Raquel Araújo de. Por uma disciplina de relações internacionais pós-abissal. In.: MARQUES, Ricardo *et al.* A (re)estrutura da ordem internacional: um novo mundo em emergência e de emergências. **Cadernos Cedec**, n 01, São Paulo, 1983, p. 08-20. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ppgeei/wp-content/uploads/2022/06/A-Integracao-Sino-russa-Estrategias-Compartilhadas-Desafios-Comuns.pdf>. Acesso no dia 4/08/2025.

KAKOZI, Jean Bosco. **Filosofia africana: a luta pela razão e uma cosmovisão para proteger todas as formas de vida**. 2018. Entrevista Sul 21. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/05/filosofia-africana-a-luta-pela-razao-e-uma-cosmovisao-para-proteger-todas-as-formas-de-vida/>. Acesso no dia 4/08/2025.

KAKOZI, Jean Bosco. Ubuntu como crítica descolonial aos Direitos Humanos: uma visão cruzada contra o racismo. Trad. Rogério Seixas. **Ensaio Filosófico**, v. 19, Rio de Janeiro, 2019, n/p. Disponível em: http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo19/02_KAKOZI_Ensaio_Filosofico_Volume_XIX.pdf. Acesso no dia 4/08/2025

KODJO-GRANDVAUX, Severine. **Filosofias africanas**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2021

LOPES, Nei. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora africana**. 4 ed – São Paulo: Selo Negro, 2011.

LOPES, Nei; SIMAS, Luiz Antônio. **Filosofias africanas: uma introdução**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

MALOMALO, Bas'llele. **Filosofia africana do NTU e a defesa de direitos biocósmicos**. Revista Problemata, V. 10. n. 2 , Campina Grande, 2019, p. 76-92. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/49144/28609>. Acesso no dia 11/ 04/2025

SBARDELOTTO, Moisés. **“Eu só existo porque nós existimos”**: a ética Ubuntu. Entrevista com Bas'llele Malomalo. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Trad. Luís Marcos Sander. Ed. 353. São Leopoldo. 2010, p. 19-22. Disponível em <https://www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-antteriores>. Acesso no dia 11/ 04/2025.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Petrópolis: Vozes, 2020.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. 2018. 5ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MONTEIRO, Ivan Luiz. **Introdução ao pensamento filosófico africano**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020 (Série Estudos De Filosofia)

MUDIMBE, V.Y. **A invenção da África**: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2019

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NEGREIROS, Regina C. A. T. Ubuntu: considerações acerca de uma filosofia africana em contraposição a tradicional filosofia ocidental. Revista Problemata, V. 10. n. 2 , Campina Grande, 2019, p. 76-92. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/problemata/article/view/47738/28613>. Acesso no dia 11/ 04/2025.

NEGREIROS, Regina. C. A. T. A mitologia iorubá: matriarcado e ancestralidade na fenomenologia dos candomblés do Brasil. In: SUZUKI, Júlio César; VILLAMIL, Nayive Castellanos; ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de. (Org.). **Religião, Política e Sociedade** Universidade de São Paulo. São Paulo: editora Prolam, 2021. Disponível em:

www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/680. Acesso no dia 11/04/2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Trad. wanderson flor do nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia**. Campinas: Editora Unicamp, 2006

RAMOSE, Mogobe. **African Philosophy through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999. Trad. Arnaldo Vasconcelos. A filosofia Ubuntu e Ubuntu como uma filosofia. Disponível em <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/texto16.pdf>. Acesso no dia 14/07/2025

RIBEIRO, K.; MOREIRA JR., V. D. Análises e reflexões afrocêntricas acerca da educação filosófica. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, S. 01, n. 31, Brasília, 2019, p. 87–100. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/28258>. Acesso no dia 31/07/2025.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **A ciência encantada das macumbas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Morula, 2018.

ABSTRACT

The African philosophy of Ubuntu is essential for the construction of new subjectivities that pave the way for plurality, diversity, and ancestry to connect, building a social ethic presupposed by the cosmoperception of the other. Its existence is perceptible in Afro-Brazilian religions, where collectivity predominates over individuality. The objective of this work is to demonstrate that, from this perspective, it is possible to transform society into a plural and welcoming place, free from prejudice. Therefore, using a qualitative methodology and an Afrocentric method, we explain the need to rebuild a praxis based on Ubuntu ethics to overcome racism and its consequences and build a culture of peace. Through the analyses developed, we conclude that in a racist society built under the aegis of Eurocentrism, breaking colonial stigmas is essential to fostering ethno-racial and gender equity, as well as other parameters established by colonialism. However, to socially transform relationships, it is necessary to understand Ubuntu in its ancestral, collective and plural aspect, from a perspective of quilombola communities and respect for diversity.

Wordkeys: Ukama; Racism; Colonialism; Ancestry.

Recebido em 12/08/2025

Aprovado para publicação em 01/10/2025